INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

ARGUMENTAÇÃO

MODO DE ORGANIZAR O DISCURSO

Parte III

MÉTODO INDUTIVO

É o raciocínio por meio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Assim, o objetivo do método indutivo é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se baseou.

OBSERVAÇÕES:

- ✓ Um argumento formado por raciocínio indutivo não pode ser lógico logo de início, uma vez que precisa encontrar base plausível geral ou universal.
- ✓ Enquanto o **método indutivo** (que é empirista) parte de casos específicos para tentar chegar a uma regra geral, o que, muitas vezes, leva a uma generalização indevida, o **método dedutivo** (que é racionalista) parte da compreensão da regra geral para então compreender os casos específicos.

- ✓ No raciocínio indutivo, o papel das premissas é fornecer um forte apoio à conclusão, mas a verdade da conclusão não é garantida, porque este tipo de raciocínio não usa leis universais (tais como as leis da lógica) para chegar à conclusão. Observe, abaixo, um exemplo de **raciocínio indutivo**:

"Ao passear pelas fazendas de Goiás, tenho me deparado muitas vezes com uma única raça de gado, o Nelore. Com isso, posso afirmar que o estado de Goiás tem se tornado o maior criador de gado Nelore."

(*Neste caso, o raciocínio é correto porque a premissa apoia a conclusão, mas a conclusão é falsa, uma vez que tal raça de gado também está fortemente presente em outros estados brasileiros*).

MÉTODO DEDUTIVO

O raciocínio dedutivo parte de uma informação geral (com princípios reconhecidamente verdadeiros) para chegar a uma conclusão particular. Ou seja, esse método de raciocínio apresenta conclusões que devem ser, necessariamente, verdadeiras caso todas as premissas sejam verdadeiras.

- ✓ O raciocínio dedutivo faz uso das regras da lógica para se chegar a uma conclusão. Então, se as premissas são verdadeiras e as leis aplicadas estão corretas, então a conclusão é necessariamente verdadeira.
- ✓ Um componente importante do raciocínio dedutivo é a suposição de que, se algo é verdadeiro para um membro de uma classe ou grupo, em seguida, a mesma coisa é verdade para todos os membros dessa classe. Veja dois exemplos de raciocínio dedutivo usados no cotidiano:

“Se Ana gastou mil reais com roupas, isso significa que neste mês ela terá mil reais a menos para cumprir com seus compromissos financeiros.”

“Se é verdade que todos os cães normais têm quatro patas e é uma verdade que os poodles são cães; então eles têm quatro patas.”

AGORA, VEJAMOS COMO ESSE CONTEÚDO É COBRADO!

1 (...) Enquanto a linguagem científica, ao mesmo tempo em que
2 coibia qualquer afirmação inconsistente e subjetiva, moldava-se na forma
3 de prosa a fim de poder refletir o real, o mundo da *physis* moderna consistia
4 em um mundo essencialmente a-histórico, regular, ordenado e organizado
5 por leis fixas, onde não havia espaço para a contradição ou considerações
6 subjetivas. Assim, as formas de conhecimento que buscassem se submeter
7 ao estatuto científico deveriam proceder a um exorcismo quanto a todas as
8 noções equivocadas presentes em seus corpos. A astronomia deveria se
9 divorciar da astrologia, como a química da alquimia e a medicina das
10 noções místicas. Outros ramos do conhecimento, como a filosofia, o direito,
11 as artes, a literatura, a teologia e o senso comum não gozavam do mesmo
12 status da confiabilidade da ciência, pois a divisão do paradigma os havia
13 situado no universo incerto da subjetividade.

Maurício S. Neubern. In: Complexidade & Psicologia Clínica. Brasília: Plano, 2004, p. 21-3 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito da organização das ideias no texto acima.

1. A seguinte afirmação preenche coerentemente o lugar da indicação de supressão do trecho inicial do texto: *Na evolução da mitologia para a ciência, ao sistematizar o conhecimento científico, a humanidade palmilhou caminhos de subjetividade e poesia para explicar as origens do homem e justificar a história de sua existência no mundo*.
2. Nesse fragmento, predominantemente argumentativo, a utilização de ilustrações que comprovam a tese defendida aparece sob a forma de trechos narrativos, como os seguintes: "moldava-se na forma de prosa a fim de poder refletir o real" (Ls.2-3) e "A astronomia deveria se divorciar da astrologia, como a química da alquimia e a medicina das noções místicas" (Ls.8-10).

3. Na argumentação do texto, são construídas, por meio de estruturas linguísticas e relações lógicas, verdades que se legitimam dentro do universo textual apresentado, independentemente de essas ideias serem comprovadas no mundo empírico.
4. Infere-se, a partir das relações de significação do texto, que as “noções equivocadas presentes em seus corpos” (Ls.7-8) são as características a-históricas, organizadas por leis fixas que exorcizam “Outros ramos do conhecimento” (Ls.10).
5. A organização lógica que norteia a orientação argumentativa do texto opõe formas de conhecimento consideradas de prestígio a formas de conhecimento menos prestigiadas; enquanto o prestígio das primeiras baseia-se na objetividade do estatuto científico, o desprestígio das segundas fundamenta-se na valorização do universo incerto da subjetividade.

CESPE 2006 / MPE – TO – Analista Administrativo

A intervenção da prática (*law in action*) no domínio da teoria

1 Passemos da frase aos fatos: do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, investigações ministeriais
2 autônomas (sem quebra dos princípios do contraditório e da ampla defesa, pois estes postulados não se irradiam sobre
3 procedimentos de cunho meramente informativo), mas com observância da cláusula de reserva de jurisdição, lograram
4 desvendar, pela vez primeira, elevadíssimos índices de corrupção administrativa, pondo a nu, e.g., a (i)responsabilidade de
5 centenas de prefeitos rotineiramente infiéis ao princípio da probidade administrativa.
6 De igual modo, o combate à evasão de divisas e à sonegação fiscal, imprescindível à higidez financeira do
7 Estado, só se tornou sistemático a partir do momento em que o Ministério Público passou a exercitar plenamente e com
8 total independência (mas sem exclusivismos) a atribuição investigativa que lhe é inata.
9 Vê-se, pois, sem muita dificuldade, que retirar do Ministério Público atribuição para realizar investigações
10 criminais autônomas, sob o insustentável argumento de que tal tarefa constitui monopólio das polícias judiciárias (ou, o que
11 é ainda mais excêntrico, mediante o raciocínio de que todos podem investigar, menos o Ministério Público), poderá importar
12 em um perigoso recuo do Estado, cujo enfraquecimento muito contribuirá para estabilizar e solidificar estruturas
13 criminosas, que passarão progressivamente a representar "um genuíno fator de poder", sem que tal movimento de regresso
14 ao passado importe em introdução ou *input* de qualquer novel garantia para os investigados. Mais grave, implicará não
15 apenas em um retrocesso, mas, sem "catastrofismo", atrairá um caos autoesterilizador. O sentido que se quer comunicar
16 funda-se na percepção de que o organismo social ver-se-á privado da frutuosa atuação de uma instituição – a experiência
17 empírica tem revelado – essencial para a redução dos níveis indesejáveis de impunidade que assolam o sistema de justiça.

Guilherme Costa Câmara. *A investigação criminal desenvolvida pelo ministério público e o problema das "cifras negras"*. Internet: <www.sisnet.aduaneiras.com.br> (com adaptações).

Com base nos sentidos do texto e utilizando-se das noções de retórica e teoria da argumentação, julgue os itens.

1. O discurso do texto caracteriza-se como um discurso segundo, que faz referência a um discurso-primeiro, anterior, que se presume favorável a excluir do Ministério Público a realização plena e autônoma de investigações criminais.
2. Foram empregados no texto, em sustentação à tese defendida, a argumentação pelo exemplo e o desenvolvimento do raciocínio pelo método da exclusão.

3. Negar um argumento é uma forma de desqualificá-lo. Esse recurso foi aplicado em “estes postulados não se irradiam sobre procedimentos de cunho meramente informativo” (Ls.2-3).
4. Estão presentes no texto expressões que marcam a parcialidade do autor diante do assunto tratado. São exemplos: “insustentável argumento” (L.10); “o que é ainda mais excêntrico” (Ls.10-11); “perigoso recuo do Estado” (L.12).
5. Nas linhas de 11 a 16, ao empregar verbos no futuro e substantivos adjetivados para criar um possível cenário futuro, o autor recorre ao raciocínio tautológico.